

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Deputados do Rio contestam mudança em royalties	2
Título: Mapa da mina	3
Título: Camargo privatizado	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Sobra de energia elétrica pode ajudar governo na meta fiscal	3
Título: Parada	5
Título: Suíça apura propina de Pasadena e Abreu e Lima	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Notas	6
Título: Direto da Fonte	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Revisão de cálculo pode reduzir preço de energia	7
Título: Nove Estados querem privatizar distribuidoras de gás natural	9
Título: A evolução do sistema energético no Brasil	11
Título: Vale muda gestão de minas e corta custos	13
Título: Etanol já remunera melhor que açúcar em usina longe do porto	15

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez, Danielle Nogueira E Bruno Rosa**Título: Deputados do Rio contestam mudança em royalties**

Bancada fluminense tenta barrar nova regra de cálculo e pedirá audiência com Temer para rever decreto.

Enquanto o Estado do Rio faz as contas para saber qual será o impacto nas receitas com o novo cálculo dos preços do petróleo para a cobrança dos royalties, a bancada fluminense no Congresso se uniu para contestar o decreto presidencial que traz a nova metodologia. O deputado federal Otavio Leite (PSDB-RJ) já encaminhou ontem projeto de decreto legislativo à Câmara dos Deputados para suspender os efeitos das regras para cálculo dos royalties. A mudança é considerada prejudicial para o Rio, maior produtor de petróleo do país. Liderados por Leite, os deputados vão solicitar uma audiência com o presidente Michel Temer para reverter o decreto com as mudanças. — O importante é que estamos mobilizando a bancada para defender os interesses do Rio — destacou Otavio Leite.

O deputado federal Alessandro Molon (Rede-RJ) destacou que apoia as ações na tentativa de suspender o decreto: — O Rio passa por uma grave crise e é atacado pelas costas com essa nova fórmula para calcular os preços do petróleo para os royalties. O deputado estadual Luiz Paulo Correia da Rocha (PSDBRJ) também criticou o decreto do governo que, segundo ele, vai prejudicar a arrecadação. O secretário da Casa Civil e de Desenvolvimento Econômico do Rio, Christino Áureo, disse que o governo está fazendo os cálculos de qual será a arrecadação do estado com a nova fórmula, mas garantiu que vai recorrer da decisão por meio da ação que já existe no Supremo Tribunal Federal (STF).

‘ATRAÇÃO DE CAPITAL GLOBAL’

O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Jorge Camargo, considera prematura a avaliação de que a mudança na fórmula de cálculo dos royalties vai elevar ou reduzir a arrecadação. Camargo destacou que o governo está fazendo uma transição de um “modelo exaurido”, marcado pelo protagonismo estatal, para um modelo “de atração de capital global”. Como exemplos, estão a inclusão na próxima rodada de licitações de seis blocos com potencial de reservas no pré-sal, fora do polígono do pré-sal, sob o regime de concessão, e o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora no pré-sal. — As empresas trabalham com os dois modelos (concessão e partilha). O de partilha não é um obstáculo ao investimento, mas a concessão é mais atraente — disse Camargo. Renato Kloss, do Siqueira Castro Advogado, e Alexandre Chequer, do Tauil & Chequer, afirmaram que áreas fora do chamado polígono do pré-sal, entre as Bacias de Santos e Campos, não podem ser exploradas sob regime de partilha.

Assim, a tendência seria ter mais campos de pré-sal no modelo de concessão caso estejam fora do polígono. — São áreas adjacentes ao polígono que haviam sido retiradas da 13ª rodada e agora voltam ao calendário — explicou Kloss.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Página 2 / Poder em Jogo

Autor: Lydia Medeiros

Título: Mapa da mina

Uma disputa em torno de uma estrada em Caetité, Bahia, atrapalha os planos da INB (Indústrias Nucleares do Brasil) para a produção de urânio, matéria-prima do combustível nuclear. A primeira mina da cidade se exauriu. Para começar a extração em nova mina, a Comissão Nacional de Energia Nuclear exigiu a duplicação dessa estrada, que foi, então, interditada pela INB. Sem a obra, haverá atraso da licença para mineração. Semana passada, uma decisão judicial determinou a reabertura da estrada, o que foi feito ontem, por ordem da prefeitura. A INB está recorrendo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: Camargo privatizado

A Petrobras não gostou nada da nota do IBP, presidido por Jorge Camargo, criticando o decreto que regulamenta o direito de preferência da estatal nas operações de áreas do pré-sal. O que se diz na Petrobras é que o IBP fez uma nota sem consultar a empresa, que integra o Instituto e tem representante no Conselho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Sobra de energia elétrica pode ajudar governo na meta fiscal

Em busca de receitas para cumprir a meta fiscal deste ano, o governo estuda leiloar as sobras de energia das distribuidoras. A equipe econômica estima que essa medida poderá destravar o setor e atrair até R\$ 27 bilhões para a União se todo o excesso de energia estiver à venda.

As distribuidoras hoje só podem vender energia dentro do que se chama mercado regulado, que tem preços definidos. Nesse segmento, não há demanda desde

2015 porque a crise econômica derrubou o consumo de energia. Por isso, há uma sobreoferta de cerca de 4.000 MW médios. A oferta, no entanto, poderia chegar a um teto de 8.000 MW médios que estão sobrando no sistema.

Como parte dessa energia pertence à própria União, a ideia que está na mesa é, provavelmente por meio de um decreto, permitir que comercializadoras assumam os contratos das distribuidoras com as geradoras vendendo essa energia no mercado livre, aquele que não tem controle de preço e atende grandes indústrias.

A proposta é começar os leilões com 2.100 MW médios. Para contratos de cinco anos, a equipe econômica acredita que a União conseguiria levantar R\$ 2,9 bilhões. Para 20 anos, a outorga de venda daria R\$ 7 bilhões e chegaria a R\$ 27 bilhões se os 8.000 MW fossem colocados à venda pelo mesmo período.

Caso o governo decida seguir esse caminho, os leilões seriam marcados dentro de seis meses, segundo pessoas envolvidas no planejamento dessas medidas.

Os recursos seriam usados para reforçar o caixa do governo e ajudar no cumprimento da meta de déficit de R\$ 129 bilhões deste ano.

TARIFAS

Essa medida não vai mudar a tarifa do consumidor residencial, mas, para as grandes indústrias, ela pode cair porque haverá um aumento de cerca de 11% da oferta.

A Abradee, associação que representa as distribuidoras, já havia manifestado publicamente o interesse das empresas de se livrar do peso desses contratos.

De acordo com eles, a distribuidora contrata o fornecimento de energia da geradora por um preço predefinido e, se o mercado está consumindo bastante ela ganha, caso contrário, ela perde.

Essa situação também é ruim para os investidores que mantêm projetos de geração e distribuição no país. Com as sobras de energia, não há motivos para adquirir mais energias em leilões marcados pelo governo.

Foi o que levou o Ministério de Minas e Energia a cancelar o leilão que estava previsto para o fim do ano passado. Com a venda das sobras, o governo pode fazer novos leilões para as distribuidoras no próximo ano, o que volta a atrair o interesse por novos investimentos.

Seção: Mercado**Autor: Maria Cristina Frias****Título: Parada**

A bandeira do posto de combustíveis é o maior fator de decisão para 65% dos que fazem paradas na estrada, aponta a consultoria CVA, que ouviu 4.700 pessoas. Em seguida, vem o restaurante (62%).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Jamil Chade****Título: Suíça apura propina de Pasadena e Abreu e Lima**

Justiça de país europeu rejeita a ex-diretor da Petrobrás pedido de desbloqueio de recursos de origem suspeita.

Investigadores suíços suspeitam de que propinas pagas em contratos para a construção da Refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, e a compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, foram movimentadas por um ex-diretor da Petrobrás em bancos europeus. De acordo com documentos do Tribunal Penal Suíço que rejeitam pedido de desbloqueio de contas, aos quais o Estado teve acesso, há indícios de que os recursos depositados de forma “regular” entre 2010 e 2014 tenham origem ilícita. No período, foram feitas “diversas transferências” de US\$ 50 mil a partir de uma conta do ex-diretor. Os documentos do tribunal não revelam a identidade dos investigados nem os bancos envolvidos nas transações. O Ministério Público da Suíça abriu uma investigação no dia 11 de março de 2014 contra o ex-diretor da Petrobrás por suspeita de lavagem de dinheiro.

“Ele teria recebido propinas em 2012, no caso de licitações de trabalhos ligados a uma refinaria no Recife, e teria desviado fundos públicos em uma operação de compra de uma refinaria americana”, diz o tribunal. Conforme o processo foi aprofundado, novas contas foram bloqueadas. “No dia 29 de outubro de 2015, o MP da Suíça ordenou o sequestro de bens depositados em nome de outra sociedade”, afirma um dos documentos. As contas são na Suíça e em outros bancos europeus. Os documentos revelam que algumas delas são sociedade offshore de suspeitos de fraudar contratos da Petrobrás. “Para apoiar essa medida, a autoridade de investigação revelou em substância diversas transferências operadas a partir das contas em questão em favor de contas controladas por ele (ex-diretor da Petrobrás)”, diz o tribunal. “No atual estágio da investigação, existem suspeitas suficientes indicando que os ativos bloqueados estejam ligados a atividades criminais”, afirma o tribunal.

Trânsito. Para os investigadores, a conta do ex-diretor da Petrobrás foi usada como ponto de trânsito para alimentar contas de outros suspeitos. “A existência de pagamentos diretos, a partir de contas do ex-diretor, em favor de relações controladas por indivíduos sob investigação por corrupção passiva ou ativa pode se configurar como suspeitas suficientes de que a conta em questão possa ter servido de trânsito a pagamentos corruptos”, relata o tribunal. Abreu e Lima rendeu R\$ 90 milhões em propina para ex-executivos da Petrobrás ligados ao PP, PT e PSB, segundo delatores da Odebrecht. Com custo inicial de R\$ 7,5 bilhões, a refinaria ainda não foi concluída e as obras já consumiram R\$ 58,6 bilhões. Pasadena causou danos de US\$ 800 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Odebrecht Óleo e Gás perto de um acordo extrajudicial

Enquanto o Grupo Odebrecht tenta evitar uma saída para a crise de liquidez que enfrenta, especialmente em seu principal braço, o de construção, a subsidiária de óleo e gás trabalha em um acordo extrajudicial para acertar as contas com os bondholders (credores externos). A previsão é de que o acordo esteja fechado em duas semanas. A negociação com esses credores se arrasta há um ano e meio. Agora, com o processo extrajudicial, alguns bondholders insatisfeitos terão de aceitar o que ficar acordado com 60% deles. A Odebrecht Óleo e Gás diz que segue em negociações construtivas com seus credores com o objetivo de fortalecer sua posição financeira de curto e longo prazos, em meio ao desafiador cenário da indústria de óleo e gás.

» Tamanho do problema.

Ao todo, a Odebrecht Óleo e Gás (OOG) tem uma dívida em títulos de US\$ 3,7 bilhões com credores externos. Há um grupo de bondholders, detentor de US\$ 550 milhões em títulos sem data de vencimento (perpétuos) e sem garantias, com os quais não têm havido negociações e que, nesse cenário, devem se mover contra o acordo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Mariana, o futuro

Deve custar algo como R\$ 1,1 bilhão e durar dez anos o trabalho de recuperação dos 47 mil hectares devastados pela tragédia ambiental de Mariana, em Minas. Mas, uma vez realizada, vai gerar um crédito de 17 milhões de toneladas de carbono, em 30 anos, nos cálculos da ONG The Nature Conservancy. Os dados foram divulgados ontem no megaencontro de 70 especialistas reunidos em BH pela Fundação Renova que coordena o projeto.

Mariana 2

Expert em negócios florestais sustentáveis, o empresário Haakon Lorentzen, ex-Aracruz, mostrou-se otimista. Para ele, a recuperação da região servirá de símbolo para a expansão desse setor no País. Mas Henrique Lobo, do Comitê da Bacia do Rio Doce, advertiu que 80% da área são pastagens degradadas e há previsões de séria escassez hídrica nos rios na região.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Revisão de cálculo pode reduzir preço de energia

Os preços de energia elétrica no mercado de curto prazo deverão sofrer uma redução de R\$ 30 por megawatt-hora (MWh) - cerca de 7% do praticado hoje - nos próximos meses. A queda, diferentemente do que se possa imaginar, não se deve a uma melhora do regime de chuvas ou dos níveis de armazenamento dos reservatórios hidrelétricos, mas à revisão de uma inconsistência de dados encontrada no planejamento da operação do sistema elétrico do país. Dependendo do entendimento que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tiver sobre o tema, há a possibilidade ainda de republicação dos preços à vista de energia de abril e maio, com a redução.

O problema veio à tona durante reunião sobre o programa de operação do sistema do mês de maio, realizada na última semana pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com empresas do setor. Também na última semana, o operador e a Aneel trocaram correspondência sobre o tema, às quais o Valor teve acesso.

O ONS identificou que dados relativos a oito usinas (seis térmicas e duas eólicas) estavam incoerentes no cálculo da previsão de geração e carga do sistema, que baliza a formação do custo marginal de operação (CMO) e o preço de liquidação das diferenças (PLD), que forma o preço spot de energia.

O problema, de caráter técnico, apurou o Valor, é que pela característica dessas usinas, o cálculo deveria considerar a geração bruta dessas plantas. Verificou-se, porém, que estava sendo considerada a geração líquida desses empreendimentos. Esse detalhe resultou em uma "sobra" de 440 megawatts (MW) médios no balanço de oferta e demanda, no planejamento da operação.

Segundo fontes com conhecimento do assunto, cálculos feitos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mostraram que o impacto dessa diferença de 440 MW médios seria uma redução da ordem de R\$ 30/MWh.

Em carta enviada à Aneel, com cópia à CCEE e ao Ministério de Minas e Energia (MME), em 25 de abril, o ONS informou à autarquia sobre o problema e sugeriu que fossem adotados os dados de geração bruta dessas usinas, ao invés da geração líquida, a partir da programação mensal de operação dos próximos meses, o que refletiria no valor do PLD futuro.

Em resposta ao operador, a autarquia, entretanto, solicitou mais esclarecimentos, a serem apresentados até esta sexta-feira.

Caso a autarquia julgue que tenha havido um erro na consideração dos dados no planejamento da operação, será necessário republicar o PLD dos dois últimos meses.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, porém, disse ao Valor, que não há indicação de necessidade de republicação do PLD. "Isso [o problema] de fato foi levantado no PMO [reunião do Programa Mensal de Operação] deste mês, mas não há nada decidido ainda. Aneel e o ONS ainda estão calculando. Nada aponta na direção de que haja necessidade de republicar".

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, considerando a previsão de redução de R\$ 30/ MWh, uma eventual republicação do PLD para abril e maio tem potencial para modificar a cor da bandeira tarifária desses dois meses, de vermelha para amarela. Na prática, a mudança demandaria uma compensação aos consumidores, que teriam pago uma taxa adicional nas tarifas superior a necessária. A bandeira amarela indica custo adicional de R\$ 2 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, enquanto o primeiro patamar da bandeira vermelha indica um custo de R\$ 3 por 100 kWh.

Caso o PLD tenha que ser republicado, essa será a segunda vez em menos de um ano. Em dezembro, a CCEE republicou o PLD de novembro e das primeiras três semanas de dezembro, devido a uma revisão do processo de revisão de carga do ONS, que encontrou inconsistências nas informações prestadas por agentes. Os preços sofreram redução de até R\$ 60/MWh.

Um problema da republicação é que térmicas mais caras, que não deveriam ter sido acionadas, já geraram a energia, e precisam ser remuneradas. "Ao você republicar o preço, você não cancela o despacho [acionamento] das usinas. Elas já foram chamadas e já foram despachadas. O que pode acontecer é que a energia que foi remunerada pelo PLD passe a ser remunerada pelo encargo de serviço do sistema [ESS]", disse Raphael Gomes, advogado especializado em energia do Demarest Advogados.

Para o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, o caso expõe a necessidade de se discutir as regras sobre a republicação do PLD. "No último episódio [de republicação do PLD], em dezembro, a Aneel se comprometeu a fazer uma audiência pública para discutir o tema", afirmou.

Segundo ele, a republicação do PLD cria uma grande insegurança no mercado. "Hoje [ontem] ninguém comprou e vendeu energia. Todo mundo ficou discutindo se vai ter, ou não, republicação".

Medeiros é contra republicação de PLD em caso de erro. "Imagina se o câmbio de um determinado dia fosse redefinido três semanas depois?", ponderou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Nove Estados querem privatizar distribuidoras de gás natural

Cerca de 20 anos depois da primeira onda de concessões na área de distribuição de gás natural, ainda na década de 1990, o setor vive a expectativa em torno de uma nova rodada de privatizações. Ao menos nove Estados já manifestaram a intenção de contar com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) na estruturação da venda do controle das companhias estaduais.

O movimento pode abrir espaço para a entrada de novos operadores. Hoje, apenas Cosan (que controla a Comgás/SP), a espanhola Gas Natural Fenosa (CEG, CEG Rio e Gas Natural São Paulo Sul), a Gaspetro (Gas Brasileiro /SP e BR/ES) e Termogás (Gasmar /MA) atuam como acionistas controladores.

Nos anos 1990, a maioria dos Estados preferiu manter o controle estatal das concessões: dentre os principais mercados, apenas São Paulo e Rio abriram o controle das distribuidoras para a iniciativa privada. Agora, Bahia (BahiaGás), Espírito Santo (BR -ES), Mato Grosso do Sul (MSGás), Paraíba (PBGás), Pernambuco (Copergás), Rio Grande do Norte (Potigás), Rio Grande do Sul (Sulgás), Santa Catarina (SCGás) e Sergipe (Sergás) avaliam abrir mão do controle.

"Estamos passando por uma onda forte de privatizações pelos Estados, diante desse momento de readequação [do papel estatal na economia]. É quase obrigatório que os Estados, com problemas de arrecadação, estudem vender seus ativos", comenta o sócio diretor da Gas Energy, Marco Tavares.

Ele menciona que já há alguns anos a iniciativa privada tem manifestado interesse na aquisição de distribuidoras de gás canalizado no Brasil. Dois exemplos concretos são o da Mitsui, que em 2015 pagou R\$ 1,9 bilhão pela compra de 49% da Gaspetro, da Petrobras; e da Gas Natural Fenosa, que um ano antes chegou a anunciar interesse na Gasmig - negócio que, na ocasião, não se confirmou devido a resistências políticas sobre a privatização da concessionária mineira.

Segundo Tavares, a expectativa é que as distribuidoras despertem o interesse dos investidores. Uma das candidatas naturais é a Mitsui, que possui o direito de preferência sobre cinco das nove concessões em jogo - a japonesa tem uma fatia minoritária na Bahiagás, Copergás, PBGás, SCGás e Sergás, além de participação indireta nas demais distribuidoras, por meio da Gaspetro.

Em visita ao Brasil, em fevereiro, o presidente do conselho de administração da Mitsui & Co., Masami Iijima, comentou sobre novas oportunidades de negócios no setor de gás natural, após a aquisição da Gaspetro. "Vemos novas oportunidades de aquisição em gás natural, sim, como não? Somos o principal player privado do mercado de gás no Brasil", disse ao Valor.

Tavares destaca, no entanto, que, se o direito de preferência for mantido, a atratividade da rodada de privatizações será reduzida. "Discutir acordos de acionistas faz parte da agenda do governo para tentar sair dessa amarra. [Se for mantido o direito de preferência] não há concorrência, e o valor ativo acaba sendo menor. Poderia haver um processo de negociação."

O BNDES trabalha para lançar em junho a contratação dos estudos técnicos de modelagem da participação privada nas distribuidoras. A expectativa é que as privatizações só ocorram a partir do terceiro trimestre de 2018.

O banco esclarece que seu objetivo é não apenas dar suporte aos nove Estados com que mantém tratativas, na estruturação e desenvolvimento de projetos de privatização, mas também promover a "modernização dos contratos, de forma a melhorar a qualidade do serviço, a atrair investimentos e a possibilitar a expansão da rede".

Além disso, o BNDES também tem como objetivo contribuir para uma maior harmonização das regras dos atuais marcos regulatórios estaduais, no âmbito das discussões do Gás Para Crescer.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: # José Goldemberg****Título: A evolução do sistema energético no Brasil**

Vários setores do governo federal parecem ter se dado conta que é urgente a reformulação do setor energético no país.

O Ministério de Minas e Energia lançou o programa Renova Bio para estimular a produção e consumo de biocombustíveis (etanol e biodiesel). A Petrobras lançou o programa Combustível Brasil para definir o futuro da produção de gasolina e diesel. E o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) está preparando um novo programa para a indústria automobilística, o Rota 2030.

Estes programas estão sendo elaborados sem uma coordenação central e, ao que tudo indica, representam esforços de corporações e órgãos governamentais que defendem políticas contraditórias. Os dois primeiros olham o programa de energia pelo lado da oferta e o último pelo lado da demanda.

O Renova Bio propõe basicamente o aumento da produção de etanol de cana de açúcar e biodiesel (produzido com soja) e subsídios generosos para que isto aconteça por meio de aumento da Cide. Para o biodiesel da soja em particular se propõe o aumento da percentagem de 10 para 15% no óleo diesel do petróleo.

O Combustível Brasil defende a ampliação da produção de gasolina e diesel a partir do petróleo e tenta ser realista ao ponto de reconhecer a necessidade de importar grandes volumes destes combustíveis.

O Rota 2030 em preparação pelo Mdic tenta definir rumos para a indústria automobilística do Brasil incluindo metas de desempenho veicular, o que significa, na prática, aumentar a eficiência dos veículos, o que, aliás, os Estados Unidos já fazem desde 1980.

Esta "febre de planejamento" é um paraíso para empresas de consultoria e estudantes de pós-graduação das nossas universidades, mas sofre de um problema básico, que é o fato bem conhecido de que planejar no Brasil, onde o Produto Nacional Bruto tem variado ao longo dos anos de maneira dramática (de um crescimento médio de 2% ao ano para 3% negativos ao ano), não é uma tarefa para amadores.

Os documentos disponíveis sobre os programas do MME, Petrobras e Mdic estão recheados de generalidades, incorreções e defesa dos interesses dos grupos

econômicos envolvidos (produtores de biocombustíveis, de petróleo e de automóveis e caminhões).

Programas estão recheados de incorreções e defesa de interesses dos grupos econômicos envolvidos

O Renova Bio tenta mostrar o sucesso alcançado com etanol de cana de açúcar, que é de fato real e se constitui num dos maiores programas de redução de emissões do mundo. Desde 1971 os 560 bilhões de etanol produzidos substituíram 450 bilhões de litros de gasolina e reduziram as emissões de CO₂ de cerca de 1,0 bilhão de toneladas (que é próximo do que o Brasil emite num ano). Subsídios foram usados na fase inicial do programa até que a tecnologia melhorasse (cerca de US\$ 30 bilhões de 1975 a 2004), o que corresponde a 13 centavos de real por litro. (Entre 1975 e 2004 foram produzidos o equivalente a 233 bilhões de litros de gasolina na forma de etanol. US\$ 30 bi/233 bi de litros = US\$ 0,13).

Já o biodiesel de soja, que o programa propõe ampliar, é problemático. A produtividade de biodiesel de soja é baixa (500 l/hectare) e parece difícil aumentar. Todo o etanol produzido no Brasil hoje (28 bilhões de litros por ano) usa cerca de 5 milhões de hectares. Biodiesel usa a mesma área para produzir apenas 2,5 bilhões de litros.

Os relatórios da Petrobras argumentam que adotar combustíveis que levam à redução das emissões de gases que provocam o aquecimento global, como os biocombustíveis, não é realmente necessário porque o Brasil já tem uma matriz energética limpa e não tem, portanto, dificuldades de cumprir os compromissos assumidos na Conferência de Paris, o que não é verdade. A matriz energética brasileira está se carbonizando porque a expansão da produção de energia hidrelétrica está encontrando problemas e o uso de combustíveis fósseis (gás e óleo diesel) para gerar eletricidade tem aumentado muito. Mais ainda, o cumprimento dos compromissos que o Brasil assumiu em Paris dependem da redução do desmatamento e do reflorestamento de 12 milhões de hectares de áreas desmatadas que não se sabe como será feita.

O relatório da Petrobras coloca também grandes expectativas para as 2ª e 3ª gerações desqualificando na realidade o sucesso que a 1ª geração da produção de etanol de cana de açúcar teve no Brasil. O que a realidade está mostrando é que, no mundo todo, estas tecnologias, em torno das quais se fez grande alarde, estão encontrando dificuldades de difícil solução.

A melhor rota para tentar resolver estes problemas é reduzir o consumo de combustíveis líquidos no Brasil, e o programa do Mdic (Rota 2030) tem o potencial de fazê-lo ou de indicar os melhores caminhos a seguir.

Por exemplo, com a introdução de veículos elétricos, grande parte da frota poderá ser de automóveis híbridos, rodando com eletricidade para pequenas distâncias (20 a 30 km) e com combustível líquido para distâncias maiores. Com a cana-de-açúcar pode-se alimentar o veículo com etanol e com bioeletricidade, obtendo-se uma redução de 89 gCO₂ (98-9) se comparado com a gasolina. Além disso, considere que veículos híbridos são duas vezes mais eficientes que os veículos a combustão interna.

No que diz respeito aos veículos pesados, já há tecnologia comercial para operar motores tipo diesel com etanol, desde que se agregue um aditivo ao mesmo. A Scania tem frota de ônibus operando há cinco anos em São Paulo e há 15 anos na Suécia. Caminhões não deverão usar eletricidade, dado o seu alto consumo e o custo do grande volume de baterias, mas poderão usar etanol.

O Rota 2030 mostra é que pode-se diminuir a demanda de combustíveis líquidos, tanto etanol, biodiesel como gasolina e óleo diesel, reduzindo portanto as emissões de CO₂. O que é fundamental é integrar estes três programas.

José Goldemberg, ex-reitor da Universidade de São Paulo, é presidente da Fapesp.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Vale muda gestão de minas e corta custos

A Vale está implantando um novo sistema de gestão da produção nas minas de minério de ferro e de manganês que será importante na estratégia da empresa de continuar a reduzir custos e aumentar a produtividade. O desenvolvimento de uma plataforma única para fazer a gestão integrada da produção nas minas no Brasil está em linha com a decisão da mineradora de privilegiar margens ao invés de volumes no minério de ferro. A aposta é que o uso de inovação e de tecnologia pode contribuir no esforço da Vale de se tornar uma empresa ainda mais enxuta e competitiva.

O novo sistema de gestão da produção do minério de ferro e de manganês foi desenvolvido em parceria com a Chemtech, empresa do grupo alemão Siemens. A ferramenta permitirá gerir de forma integrada 38 minas, plantas de beneficiamento e entrepostos logísticos. É esperada uma economia de US\$ 70 milhões até 2020. O número será garantido por redução nos custos de TI, uma vez que haverá plataforma única de gestão, em substituição a diferentes sistemas antigos. São esperados também ganhos resultantes de maior produtividade de

mão de obra e de equipamentos. E deverá haver menores impactos operacionais por indisponibilidade do sistema.

Jânio Souza, gerente de inovação em TI da Vale, disse que a empresa tinha vários sistemas diferentes de gestão da produção do minério de ferro, alguns com mais de 25 anos, que foram incorporados à medida que a Vale fez aquisições no começo dos anos 2000, incluindo empresas como MBR, Ferteco e Caemi. "Buscamos uma solução única para substituir os sistemas antigos dentro da necessidade [da Vale] de simplificar e reduzir custos", disse Souza. O novo sistema unifica 17 sistemas de gestão da produção de minério de ferro que vinham sendo usados.

O novo sistema permitirá padronizar indicadores, facilitando a comparação entre diferentes operações de minas e haverá mais informação em "tempo real" sobre como os ativos estão sendo usados. "Conseguimos ver desvios [no processo produtivo] próximo do tempo real e tomar ações", disse Souza.

Breno Bregunci, diretor de vendas da Chemtech, disse que com o novo sistema é possível dar maior transparência ao processo de informações para verificar, por exemplo, se houve algum desvio de qualidade no minério de ferro a ser entregue a um cliente antes de que o produto chegue ao destino. Bregunci disse que o sistema permite identificar eventuais problemas de especificação do produto de forma prévia de maneira a permitir a tomada de ações de "blendagem" (mistura) do material para elevar a qualidade antes do despacho do produto ao cliente.

"O sistema dá maior segurança para entrega do produto especificado pelo cliente e é possível ter uma noção do que acontece em tempo real. É um sistema amplo, atrelado à internet das coisas [conexão entre dispositivos eletrônicos]", afirmou Bregunci. Segundo ele, o sistema também permite ter "visibilidade" sobre a parada programada de equipamentos para manutenção e seus efeitos na operação logística.

Souza, da Vale, disse que até o fim deste ano o sistema de gestão da produção estará implantado em todas as unidades de minério de ferro da Vale no Brasil. O sistema começou a ser instalado no ano passado em algumas unidades em Minas Gerais e depois houve implantação no Pará. "Com o sistema integrado nas minas, conseguimos padronizar vários conceitos. Podemos comparar o desempenho entre diferentes unidades, no Sudeste e no Norte", disse Fabrícia Lenharo, responsável pelo projeto na área de ferrosos da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Etanol já remunera melhor que açúcar em usina longe do porto

Deixado de escanteio na última safra pelas usinas, o etanol hidratado está começando a oferecer uma remuneração mais alta que o açúcar em Estados mais distantes do porto de Santos, principal via de exportação do adoçante. Conforme levantamento da consultoria FCStone, já está mais vantajoso para as usinas em Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul produzir etanol em detrimento do açúcar.

Nesses Estados, o preço do etanol hidratado, convertido à medida do açúcar no mercado internacional (libra-peso), está acima do fechamento de ontem do contrato mais negociado do demerara na bolsa de Nova York (para entrega em julho), de 15,37 centavos de dólar a libra-peso.

Em Goiás, o etanol hidratado está valendo o equivalente a 15,85 centavos de dólar a libra-peso; em Mato Grosso do Sul, a 15,60 centavos de dólar a libra-peso; e, em Mato Grosso, a 17,40 centavos de dólar a libra-peso. Os valores foram apurados na sexta-feira passada, mas pouco variaram nos últimos dias, diz Ricardo Nogueira, consultor da FCStone.

A diferença é maior nos Estados mais afastados do litoral porque o cálculo considera o custo com frete, que aumenta conforme a distância do porto, explica Nogueira. Além disso, enquanto o custo do frete de açúcar recai sobre a usina, o frete de etanol é responsabilidade da distribuidora, acrescenta.

Essa virada no mercado ocorre justamente em Estados onde mais houve movimentos em 2016 para a produção de açúcar, seja de destilarias que instalaram fábricas de açúcar, seja de usinas que compraram novas máquinas e mexeram em suas estruturas para elevar a capacidade de produção de açúcar.

Mesmo nos Estados onde o preço do etanol hidratado ainda está abaixo do açúcar, a produção do biocombustível pode ser mais vantajosa. Como a venda do etanol oferece mais liquidez, porque o pagamento à usina se dá assim que o produto é posto nos caminhões da distribuidora, nem sempre é preciso que o produto esteja remunerando mais a usina para estimular a produção do biocombustível.

Uma das usinas que investiu em fábrica de açúcar em 2016 foi a Bioenergética Aroreira, com uma usina no município mineiro de Tupaciguara, que passou a ter capacidade para produzir 120 mil toneladas de açúcar por safra. Segundo José Rubens Bevillaqua, diretor da companhia, a unidade só não vai mudar o "mix" açucareiro, programado em 80% para esta safra, porque boa parte de sua produção já está com preço fixado. "Já para o ano que vem, podemos ter que rever", indicou.

Quando a Aroeira tomou a decisão de investimento, o açúcar estava acima de 20,5 centavos de dólar no mercado internacional e o dólar estava em cerca de R\$ 3,40. Atualmente, tanto a commodity como o câmbio estão menos favoráveis para os exportadores.

Nogueira, da FCStone, lembra que cerca de 60% do açúcar para exportação teve seu preço fixado até agora, o que significa que 40% ainda está por ser negociado. "Não é pouca coisa, é a maior safra do mundo. Se o preço em Nova York cair mais, pode retirar da safra de 2 milhões a 3 milhões de toneladas", estima ele.

As perdas nas cotações do açúcar têm se aprofundado nos últimos dias com mais liquidações de posições por parte dos fundos. No último dia 25 de abril, os gestores de recursos ("managed money") reduziram seu saldo líquido comprado em Nova York em 56%, para 13.656 papéis, segundo a Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC).

Enquanto o açúcar amplia suas perdas, os preços do etanol não estão caindo com a mesma força nas últimas semanas. No fim de abril, o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado em São Paulo chegou a acumular alta de 0,9% em quatro semanas, enquanto os contratos de segunda posição de entrega do açúcar demerara na bolsa de Nova York cederam 7,4%.

Os preços do etanol estão inclusive mais altos que um ano atrás. Depois de uma entressafra com valores pressionados, o etanol tem variado menos. O indicador Cepea/Esalq para São Paulo na semana até 28 de abril ficou 11% acima do valor até 29 de abril de 2016.

MME / ASCOM .